



Tribunal de Contas da União
Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

Ofício 0359/2015-TCU/SecexAmbiental, de 16/7/2015
Natureza: Notificação

Processo TC 019.055/2014-5

A Sua Senhoria o Senhor
ANTÔNIO CARLOS HUMMEL
Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro
SCEN Avenida L4 Norte - Trecho 2 - Bloco "H"
70.818-900 - Brasília - DF

Senhor Diretor-Geral,

1. Consoante delegação de competência expressa na Portaria 2/2014, notifico o Serviço Florestal Brasileiro – SFB/MMA, na pessoa de seu representante legal Senhor Antônio Carlos Hummel, do Acórdão 3674/2015-TCU-Segunda Câmara, Sessão de 14/7/2015, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de Prestação de Contas, TC 019.055/2014-5, que trata de contas ordinárias do exercício 2013 dessa Entidade.
2. Encaminho cópia do referido acórdão, bem como da instrução produzida pela unidade técnica, que o fundamentam para conhecimento dos demais responsáveis arrolados na presente deliberação.
3. Por fim, solicito atenção para as informações complementares contidas no Anexo I deste ofício, as quais integram a presente comunicação.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

ELAINE FERREIRA SOUZA DANTAS
Assessora

Endereço: SAFS Qd 4 Lote 1 – Anexo III – sala 352 - SAFS - 70042-900 - Brasília / DF

Tel.: (61) 3316-5424 - Fax: (61) 3316-5921 - email: secexamb@tcu.gov.br

Atendimento ao público externo: dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 53242462.



Tribunal de Contas da União

Continuação do Ofício 0359/2015-TCU/SecexAmbiental

fl. 2 de 2

ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O Tribunal, em respeito ao princípio da ampla defesa, encontra-se à disposição, por meio de suas Secretarias, para prestar esclarecimentos a respeito de eventuais dúvidas ou sobre procedimentos a serem adotados, efetuar a atualização de dívida, em caso de débito e/ou multa, bem como conceder vista e cópia dos autos, caso solicitados.
- 2) É possível requerer vista eletrônica dos autos, por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br > aba cidadão, serviços e consultas > e-TCU Processos > vista eletrônica de processos), exceto no caso de processos/documentos sigilosos. Para tanto, devem ser providenciados o credenciamento e a habilitação prévia do responsável e/ou do procurador, no endereço eletrônico mencionado.

Nossa Missão: Controlar a Administração Pública para contribuir com seu aperfeiçoamento em benefício da sociedade.
Nossa Visão: Ser reconhecido como instituição de excelência no controle e no aperfeiçoamento da Administração Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excerto da Relação 19/2015 - TCU - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

MINS-MBC
Fls. ____

ACÓRDÃO Nº 3674/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao Serviço Florestal Brasileiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.055/2014-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Hummel (112.506.231-20); Claudia de Barros e Azevedo Ramos (812.954.567-53); Humberto Navarro de Mesquita Junior (128.228.478-94); Joberto Veloso de Freitas (150.262.992-53); Jose Humberto Chaves (970.422.006-59); João Paulo Sotero de Vasconcelos (041.890.736-60); Marcus Vinicius da Silva Alves (308.107.281-68); Silane Rocha Martins (025.139.696-77); Thiago Longo Menezes (858.994.371-20).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Dados da Sessão:

Ata nº 23/2015 – 2ª Câmara

Data: 14/7/2015 – Ordinária

Relator: Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Presidente: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

TCU, em 14 de julho de 2015.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ministério Público

Gabinete da Subprocuradora-Geral CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Proc. TC-019.055/2014-5
PRESTAÇÃO DE CONTAS

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator

Esta representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta oferecida pela Unidade Técnica.

Ministério Público, em 19/06/2015.

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Subprocuradora-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Segecex/Codesenvolvimento

Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente

TC 019.055/2014-5

Apenso:

Tipo de processo: PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRONUNCIAMENTO DA UNIDADE

Manifesto-me de acordo com a proposta formulada pelo AUFC RODRIGO MÁRCIO REIS BORGES (doc 52.793.137-5).

SecexAmb, em 16 de junho de 2015.

(Assinado eletronicamente)

FERNANDO ANTONIO DORNA
MAGALHÃES - Matrícula 3864-4

Secretário - Substituto

TC 019.055/2014-5

Tipo: Processo de contas anual, exercício de 2013

Unidade jurisdicionada: Serviço Florestal Brasileiro -SFB, Ministério do Meio Ambiente.

Responsáveis: Thiago Longo Menezes (CPF: 858.994.371-20); José Veloso de Freitas (CPF: 150.262.992-53); Claudia de Barros e Azevedo Ramos (CPF: 812.954.567-53); Antonio Carlos Hummel (CPF: 112.506.231-20); Marcus Vinicius da Silva Alves (CPF: 308.107.281-68); Silane Rocha Martins (CPF: 025.139.696-77); Humberto Navarro de Mesquita Junior (CPF: 128.228.478-94); João Paulo Sotero de Vasconcelos (CPF: 041.890.736-60); José Humberto Chaves (CPF: 970.422.006-59).

Advogado ou Procurador: não há.

Interessado em sustentação oral: não há.

Proposta: mérito.

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de processo de contas anuais do Serviço Florestal Brasileiro –SFB do Ministério do Meio Ambiente, relativo ao exercício de 2013.
2. O processo de contas foi organizado de forma individual, nos termos da DN TCU 132, de 2/10/2013, e da IN TCU 63, de 1/9/2010.

EXAME TÉCNICO

I. Rol de responsáveis

3. Constam do rol de responsáveis encaminhado todos os responsáveis que desempenharam, durante o período a que se referem as contas, as naturezas de responsabilidade definidas no art. 10 da IN TCU 63/2010.
4. Foram disponibilizadas, para cada responsável, as informações previstas no art. 11 da referida IN.

Nome	CPF	Natureza/ responsabilidade	Cargo / função	Período
Thiago Longo Menezes	858.994.371-20	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor	21/11/2011 até atual
José Veloso de Freitas	150.262.992-53	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor	18/08/2011 até atual
Claudia de Barros	812.954.567-53	Membro de	Diretor	04/12/2006 a

e Azevedo Ramos		Diretoria Colegiada		19/03/2014
Antonio Carlos Hummel	112.506.231-20	Dirigente Máximo	Diretor-Geral	8/4/2009 a 12/3/2014
Marcus Vinicius da Silva Alves	308.107.281-68	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor	20/5/2010 até atual
Silane Rocha Martins	025.139.696-77	Membro de Diretoria Colegiada	Diretora-Substituta	01/10/2012 até atual
Humberto Navarro de Mesquita Junior	128.228.478-94	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor-Substituto	01/10/2012 até atual
João Paulo Sotero de Vasconcelos	041.890.736-60	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor-Substituto	06/03/2012 até atual
José Humberto Chaves	970.422.006-59	Membro de Diretoria Colegiada	Diretor-Substituto	06/03/2012 até atual

II. Processos conexos e contas de exercícios anteriores

5. Os processos de contas de exercícios anteriores e outros processos conexos estão relacionados no quadro que se segue:

NÚMERO DO TC	TIPO	SITUAÇÃO
013.287/2008-6	Tomada de Contas Simplificada	Contas julgadas regulares
020.155/2010-7	Tomada de Contas	Contas julgadas regulares
046.126/2012-0	Auditoria Operacional	Arquivado

6. No que tange aos processos de contas de exercícios anteriores já julgados, o Tribunal deliberou no sentido de:

- TC 020.155/2010-7 - Acórdão 270/2011 - TCU - 2ª Câmara, julgar as contas regulares e dar quitação plena aos responsáveis.
- TC 013.287/2008-6 - Acórdão 478/2009 - TCU - 1ª Câmara, julgar as contas regulares e dar quitação plena aos responsáveis.
- TC 046.126/2012-0 - Acórdão 2176/2014 - TCU - Plenário, recomendar, dar ciência e alertar o SFB quanto aos aspectos do processo de concessão florestal.

7. Não foram identificados outros processos conexos às presentes contas.

III. Avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão

8. A tabela abaixo demonstra o detalhamento da execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro –SFB por programas, referente ao exercício de 2013.

Programas	Valor Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Execução de restos a pagar do exercício anterior (R\$)
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios-Relativo a Ação 20WA- p.68	2.435.499,48	1.742.128,25	693.371,23
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios-Relativo a Ação 20WB- p.69	1.228.901,22	1.036.634,92	192.266,30
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios-Relativo a Ação 20WC- p.71	3.803.333,55	3.257.761,59	545.571,96
2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios-Relativo a Ação 20WD- p.73	719.378,08	422.299,08	297.079,00
TOTAL	8.187.112,33	6.458.823,84	1.728.288,49

* Dados extraídos do relatório de gestão e conferidos no sistema SIAFI.

* Tabela 1 - Detalhamento da execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro –SFB.

9. O Serviço Florestal Brasileiro –SFB executou em 2013 quatro ações, sendo todas integrantes do Programa 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios, com um montante de despesas liquidadas de R\$ 6.458.823,84. Em razão de haver apenas o referido programa, a análise recai unicamente ao Programa 2036.

10. A CGU registrou no Quadro – Despesa – Execução Orçamentária 2013 da SFB (peça 5, p.6) a Ação 2000 - Administração da Unidade, com o registro de valor liquidado de 7.121.927,00 para o ano de 2013. Essa informação não foi acrescentada na Tabela 1 acima devido a informação não constar no Relatório de Gestão do Exercício de 2013 da SFB (peça 3).

IV. Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

11. Conforme Relatório de Auditoria Anual de Contas (peça 5, p. 7), a CGU apontou que ainda não foram estabelecidos indicadores institucionais pelo Serviço Florestal Brasileiro, fato que ensejou o registro de constatação específica sobre o tema no Relatório de Auditoria.

12. Como o assunto foi objeto de constatação pela CGU, esse tema será tratado no tópico a seguir da presente instrução.

V. Constatações da CGU registradas no Relatório de Auditoria Anual de Contas.

13. A seguir são destacadas as constatações da CGU, referentes às falhas e impropriedades na SFB, porém, as constatações não resultaram em ressalvas as contas.

Constatação	Fato	Recomendação
2.1.1.1 - Morosidade na implementação de indicadores institucionais no Serviço Florestal Brasileiro – SFB.	O SFB ainda não possui indicadores de gestão em funcionamento, embora o órgão esteja em processo de implementação de um modelo de gestão por resultados, os indicadores ainda não foram instituídos efetivamente.	1: Concluir a implementação dos indicadores institucionais do SFB; de forma que tais instrumentos auxiliem na tomada de decisão gerencial da unidade.
2.1.3.1 - Fragilidades no acompanhamento dos convênios 762342 e 736531.	Ausência de padronização e definição de rotinas a serem realizadas para o acompanhamento dos convênios 762.342/2011 e 736.531/2010	1: Implementar medidas de controle interno administrativo para garantir o acompanhamento tempestivo dos convênios, a liberação dos recursos paulatinamente, de acordo com as prestações de serviços e produtos entregues, bem como o aporte de recursos em conta específica somente após a confirmação da contrapartida pelo conveniente, de forma a conferir, a regular realização da execução do convênio e evitar eventuais riscos de descumprimento dos objetos propostos. 2: Adotar medidas para sanar as fragilidades apontadas pela Cogest no convênio 762.342/2011.
2.1.4.1 - Ausência da Proposta Orçamentária e do Plano de Investimento no PDTI	Falhas nos controles que garantam a elaboração do PDTI e acordo com o modelo do SISP	1: Recomenda-se que o SFB, em atenção às orientações contidas no Guia de Elaboração do PDTI do SISP v1.0, atualize o seu Plano Diretor de TI de modo a incluir o Plano de Investimento e Custeio e a Proposta Orçamentária Consolidada de TI, avaliando ainda a possibilidade de incluir o inventário de hardware, software, sistemas, rede e serviços de TI.
2.1.4.2 - Ausência de formalização da Política de Segurança da Informação (POSIC)	Ausência do Gestor de Segurança da Informação e falha na atuação do Comitê de Segurança da Informação e Comunicação - CSIC.	1: Recomenda-se que o SFB adote medidas no sentido de cobrar uma atuação mais efetiva do Comitê de Segurança da Informação do Órgão, na definição, implementação e acompanhamento de suas políticas e ações de segurança de informação. 2: Recomenda-se que o SFB elabore, aprove e institucionalize a sua Política de Segurança da Informação e Comunicação (Posic).
2.1.4.3 - Fragilidades na fiscalização do contrato da fábrica de software 04/2013.	Deficiência nos controles internos relativos a fiscalização e gestão contratual e aos que promovam o cumprimento do processo de monitoramento da execução contratual previsto na IN 04/2010.	1: Recomenda-se que o SFB, em conformidade ao que estabelece a IN 4/2010, art. 25, passe a emitir Ordens de Serviço (OS) específicas para cada Sprint ou módulo do sistema a ser desenvolvido, de modo que todo e qualquer pagamento realizado esteja vinculado a uma OS. 2: Recomenda-se que o SFB faça constar detalhadamente, na elaboração do Termo de Recebimento Provisório – TRP e Termo de Recebimento Definitivo - TRD, quais produtos de software e artefatos foram entregues pela empresa contratada. 3: Recomenda-se ao SFB que, de acordo com que prevê a IN 4/2010, o Termo de Recebimento Provisório - TRP seja assinado pelo Fiscal Técnico do contrato e o Termo de Recebimento Definitivo - TRD, pelos Fiscais Requisitantes e pelo Gestor do contrato. Além disso, recomenda-se aos

		<p>servidores envolvidos nas fiscalizações dos contratos de TI (gestor; fiscal técnico e fiscais requisitantes) evitar assinar documentos emitidos pelas contratadas, relativos a recebimento de serviços, os quais não estejam previstos pela referenciada instrução.</p> <p>4: Recomenda-se que o SFB institua, mecanismos de controle de modo a evitar que o recebimento dos produtos de software entregues sua posterior verificação de conformidades sejam encaminhados' pela' área requisitante diretamente à empresa contratada, sem passar pela análise e validação do Gestor do contrato e da área técnica de TI e sem o seu devido registro, formal.</p> <p>5: Recomenda-se que o SFB passe a registrar em documentos formais a apuração dos indicadores de nível de serviço, em especial aqueles relacionados ao cumprimento dos prazos previamente estabelecidos e à entrega de produtos com defeitos.</p>
2.1.5.1 - Fragilidade na gestão patrimonial do serviço florestal brasileiro	Falhas na estrutura gerencial da Coordenação de Almoxarifado, Logística e Patrimônio	<p>1: Registrar os bens imóveis utilizados pelo SFB no SpuNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.</p> <p>2: Regularizar o registro do uso do imóvel Sede do Serviço Florestal Brasileiro - SFB nas dependências do Ibama.</p>

* Tabela 2 – Resumo das Constatações e recomendações propostas pela CGU ao Serviço Florestal Brasileiro –SFB.

14. Primeiramente cumpre ressaltar que o Controle Interno, na conclusão da análise das contas da SFB, registrou que não foi verificada ocorrência de prejuízo ao erário (peça 5, p. 20).

15. Conforme tabela 2, foram apresentadas as constatações apontadas pelo Controle Interno nos itens 2.1.1.1, 2.1.3.1, 2.1.4.1, 2.1.4.2, 2.1.4.3 e 2.1.5.1 do Relatório de Auditoria (peça 5).

Constatação 2.1.1.1 - Morosidade na implementação de indicadores institucionais no Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

16. Na constatação 2.1.1.1 (peça 5, p. 24-25), verifica-se que há concordância da unidade auditada acerca dos fatos relatados no Relatório de Auditoria Anual de Contas porém ainda não foi dado início as medidas saneadoras.

17. Tendo em vista a concordância com as recomendações já formuladas pela SFC para sanear tais impropriedades, cabe considerá-las suficientes, sem prejuízo do acompanhamento nas próximas contas da Unidade.

Constatação 2.1.3.1 – Fragilidades no acompanhamento dos convênios 762342 e 736531.

18. Na constatação 2.1.3.1 (peça 5, p. 28-29), verifica-se que, quanto às fragilidades apontadas pela Cogest acerca do convênio 762342/2011, celebrado com a Furb, a área técnica se compromete a avaliar e apurar as fragilidades identificadas.

19. A CGU entende necessário o acompanhamento dos termos celebrados (convênio 762342/2011 e 736531/2010), com a emissão de relatórios parciais pelos responsáveis técnicos do SFB, de forma a evitar que o acompanhamento da prestação de contas dos convênios seja realizado somente ao final de sua execução.

20. Nesse contexto, a CGU recomendou que a SFB implementasse medidas de controle para garantir o acompanhamento tempestivo dos convênios e que adotasse medidas para sanar as fragilidades apontadas pela Cogest no convênio 762342.

21. Diante do exposto, consideram-se suficientes as recomendações formuladas pela CGU, sem prejuízo do acompanhamento nas próximas contas da SFC, não sendo necessário propor medidas adicionais para o caso em questão.

Constatações 2.1.4.1 - Ausência da Proposta Orçamentária e do Plano de Investimento no PDTI, 2.1.4.2 - Ausência de formalização da Política de Segurança da Informação(POSIC) e 2.1.4.3 - Fragilidades na fiscalização do contrato da fábrica de software 04/2013.

22. Nas constatações 2.1.4.1 (peça 5, p. 32), 2.1.4.2 (peça 5, p. 34) e 2.1.4.3 (peça 5, p. 34), verifica-se que há concordância da unidade auditada acerca das recomendações da CGU, informando que já iniciou a adoção de medidas para atendê-la.

23. Uma vez que a SFB informou que já iniciou a adoção de medidas saneadoras, entende-se que as recomendações propostas pela Controladoria e o acompanhamento de seu atendimento por este órgão de controle interno são suficientes para garantir o saneamento das constatações.

Constatação 2.1.5.1 - Fragilidade na gestão patrimonial do serviço florestal brasileiro.

24. Na constatação 2.1.5.1 (peça 5, p. 41), verifica-se fragilidades apontadas tais como: ausência de regularização/registro de uso do imóvel Sede do Serviço Florestal Brasileiro - SFB nas dependências do Ibama, ausência de rateios na manutenção predial (água, luz, etc do edifício-sede, da SFB juntamente ao Ibama) e atraso na elaboração do inventário do exercício de 2013. Na análise da manifestação foi informado que há concordância da unidade auditada acerca da recomendação da CGU, informando que já iniciou a adoção de medidas para atendê-la.

25. Ainda relacionada a constatação 2.1.5.1, quanto a fragilidade na ausência de registro dos imóveis utilizados pelo SFB no Sistema Spiunet, o órgão se compromete a regularizar a pendência de registro no Sistema,

26. Uma vez que a SFB informou que já iniciou a adoção de medidas saneadoras para as fragilidades apontadas e que se compromete a regularizar a pendência de registro no Sistema Spiunet, conclui-se que as recomendações propostas pela CGU são suficientes, não havendo necessidade de proposta adicional por parte do TCU.

27. Das constatações apontadas entende-se que tratam-se de falhas menores, não atingindo as contas dos responsáveis pois além de estarem sendo prontamente atendidas pela SFB, há concordância da unidade auditada acerca dos fatos relatados.

28. Diante de todo o exposto, consideram-se suficientes as recomendações já formuladas pela CGU, sem prejuízo do acompanhamento nas próximas contas da SFC, não sendo necessário propor medidas adicionais.

29. As análises da CGU quanto aos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, quanto aos controles internos administrativos da SFB e quanto aos demais itens abordados no Relatório de Auditoria Anual de Contas (peça 5) são satisfatórias para o julgamento das presentes contas.

CONCLUSÃO

30. Considerando a análise realizada e a opinião da CGU, propõe-se julgar regulares as contas dos Srs. Thiago Longo Menezes, José Veloso de Freitas, Claudia de Barros e Azevedo Ramos, Antonio Carlos Hummel, Marcus Vinicius da Silva Alves, Silane Rocha Martins, Humberto Navarro de Mesquita Junior, João Paulo Sotero de Vasconcelos, José Humberto Chaves, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 do Regimento Interno do TCU.

BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

31. Entre os benefícios do exame deste processo de contas anuais, pode-se mencionar a expectativa de controle, advinda da atuação do Tribunal nos processos de contas.



PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

32. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:
- a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas, dando quitação plena aos seguintes responsáveis: Thiago Longo Menezes (CPF: 858.994.371-20); José Veloso de Freitas (CPF: 150.262.992-53); Claudia de Barros e Azevedo Ramos (CPF: 812.954.567-53); Antonio Carlos Hummel (CPF: 112.506.231-20); Marcus Vinicius da Silva Alves (CPF: 308.107.281-68); Silane Rocha Martins (CPF: 025.139.696-77); Humberto Navarro de Mesquita Junior (CPF: 128.228.478-94); João Paulo Sotero de Vasconcelos (CPF: 041.890.736-60); José Humberto Chaves (CPF: 970.422.006-59).
 - b) dar ciência do acórdão que vier a ser proferido, assim como do relatório e do voto que o fundamentarem, à Serviço Florestal Brasileiro -SFB do Ministério do Meio Ambiente;
 - c) arquivar o presente processo.

SecexAmb, em 8 de junho de 2015.

(Assinado eletronicamente)

Rodrigo Marcio Reis Borges

AUFC – Mat. 8648-7